



002
CBP

Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul
PORTARIA Nº 021/2019

“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONÇALVES, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, Lei 2239/2003;

RESOLVE:

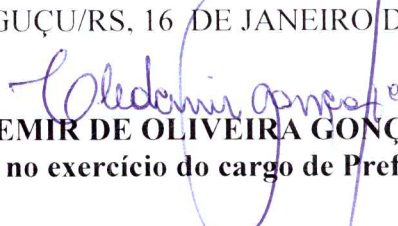
ART. 1º - Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para esclarecer os fatos narrados no memorando nº 1574/2018 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme documentos anexos, parte integrante desta Portaria, envolvendo a Servidora Pública Municipal **DENISE VARGAS PACHECO RAGUZONI**, ocupante do cargo de médica pediatra Suporte 10horas, matrícula nº 501581, em razão de possível descumprimento de obrigações previstas no inciso II do artigo 169, ambos da Lei 2239/2003 .

ART. 2º - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.

ART. 3º - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 319/2018, de 19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO** Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, a qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 16 DE JANEIRO DE 2019.


CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONÇALVES
Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal


Registre-se e Publique-se

ELIEZER JORGE TIMM
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decidi

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

RELATÓRIO DA COMISSÃO

Senhor Prefeito Municipal,

A Comissão de Processo e Sindicância Administrativa designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 021/2019, envolvendo a servidor estatutária, detentora do cargo de médica pediatra suporte 10h, Denise Vargas Pacheco Raguzoni, em razão de suposto descumprimento de deveres funcionais, leia-se Art. 169 II do Estatuto, vem apresentar o relatório final nos termos a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE:

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que nem ocorreu no caso concreto.

Convém mencionar que intimado para apresentar defesa final, o servidor silenciou.

DOS FATOS APURADOS E DA PROVA:

Da análise do conjunto probatório, a Comissão colheu os depoimentos da indiciada, analisou documentos emitidos pela FURG, folhas ponto da Secretaria de Saúde, defesa prévia e defesa final.

Em sede de defesa previa, a requerida pugnou preliminarmente pela nulidade da denúncia, em razão da falta de objeto adequado, o que inviabilizaria a defesa, bem como que as condições de saúde que originaram as faltas foram comprovadas por atestados, legitimamente juntados.

Em seu depoimento pessoal do servidor (fls. 13), a servidora afirma que não sabe qual o motivo da instauração do processo, não vislumbrando sua indisciplina, diante da adequada justificativa de suas faltas, através de atestados médicos com CID's correspondentes, tendo sofrido dois acidentes, além de outros problemas médicos. Afirmou ainda que exerce outro cargo público

junto à FURG. Por fim, relatou que se sentiu constrangida quando foi intimado da abertura do presente procedimento.

Ao analisar a documentação funcional da servidora junto à FURG, foi constatado que os atestados lá apresentados, restam adequados ao seu depoimento e aos atestados apresentados junto à municipalidade, porém os mesmos são pontuais, posto que trabalha somente uma vez por semana.

Em sua defesa final, a servidora reitera que a insubsistência da denúncia, não havendo qualquer infração disciplinar.

Acrescenta que, analisando os registros de ponto da Prefeitura de Canguçu e da FURG, foi constatada a compatibilidade, acrescentando que vem apresentando atestado pontual em razão de trabalhar na prefeitura somente um dia por semana.

Por fim, defendeu a comprovação das enfermidades, o comparecimento às perícias, gerando o afastamento de qualquer infração imposta à servidora, restando evidenciado tanto as enfermidades, quanto

Assim, diante dos argumentos aqui trazidos, não resta vislumbrado a configuração de qualquer prática de infração por parte da servidora indiciada, uma vez que foram comprovadas tanto as enfermidades, quanto o período de convalescença das mesmas.

Todavia, recomenda-se que em eventuais situações vindouras, sejam colocados atestados por todo o período (ainda que aproximado) do qual haverá gozo de licença saúde, para que facilite a logística da Secretaria, bem como não gere dúvidas sobre o período no qual a servidora estará ausente.

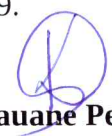
Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.


Este é o parecer.


Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 16 de Dezembro de 2019.


Rodrigo T. Larangeira
Presidente da Comissão


Kauane Pedrosa
Secretaria da Comissão


Carem Quintana
Membro da Comissão


Vinícius Regoraro
Prefeito Municipal
Canguçu - RS

